A impunidade não é mais como antes: 17 comunidades enfrentam as empresas madeireiras

Impunity is not what it used to be: 17 communities stand up to logging companies

JUSTIÇA Em uma das raras ocasiões em que as comunidades locais tomaram medidas legais para se defender contra as ações prejudiciais das empresas de madeira, a Brainforest esteve lá para apoiá-las. Juntas, como parte do projeto Voz do Cidadão por Mudança (CV4C) apoiado pela UE e FCDO, elas conquistaram uma vitória para as comunidades afetadas. Os fatos: As comunidades próximas às concessões florestais suportam a presença de empresas madeireiras e atividades de exploração, que reduzem seu acesso às terras comunais e perturbam suas vidas. Os membros da comunidade devem, portanto, receber compensação das empresas e compartilhar os benefícios, de acordo com as especificações de um acordo contratual (cahier des charges). Na República do Gabão, a Ordem 105/2014 de 6 de maio de 2014 prevê que 800 FCFA/ m3 (USD 1,43), calculados sobre o volume da exploração anual, sejam pagos em um Fundo de Desenvolvimento Local (LDF) para projetos de interesse coletivo, supervisionados por um comitê de gestão de projetos (CGSP). O que realmente acontece é bem diferente. Durante missões de monitoramento independentes para avaliar a legalidade das operações de exploração, membros da Brainforest, uma organização de direitos ambientais e de comunidades e povos indígenas, ouviram como as empresas madeireiras estavam se esquivando de suas obrigações de compartilhamento de benefícios com as comunidades. Grace Ntsame-Ollomo, uma funcionária jurídica da Brainforest, explica: “Adotamos uma visão ampla do nosso mandato de monitoramento independente; para a Brainforest, isso inclui não apenas aspectos florestais, mas também tudo relacionado às obrigações sociais. Portanto, fomos à província de Ogooué-Ivindo para verificar os rumores, para ver por nós mesmos se os contratos estavam sendo cumpridos.” Eles descobriram uma ampla não conformidade com as obrigações sociais. Os LDFs estavam vazios ou quase vazios. Projetos comunitários, devidamente validados pelo CGSP, ainda não receberam financiamento; os poucos projetos que foram financiados e iniciados foram rotineiramente abandonados ao longo do caminho. Às vezes, escolas foram deixadas sem bancos ou mesas, ou caíram em ruínas antes de serem usadas; cobras tomaram conta de áreas onde o albergue deveria ter sido, onde um professor deveria ter sido alojado. Às vezes, a avaliação do volume de madeira não era realizada há anos. Na grande maioria dos casos, a população não se beneficiou de nada. Ntsame-Ollomo acrescenta: “A legislação atual não prevê uma sanção ligada a essa obrigação – não há incentivo para conformidade, então geralmente os operadores exploram e, quando terminam, arrumam suas coisas e vão embora.” A impunidade não é mais a mesma: 17 comunidades enfrentam empresas madeireiras A ONG gabonesa Brainforest usou os dados rigorosos coletados por meio de suas atividades de monitoramento florestal independentes para apoiar litígios comunitários – e vencer. Gabon Alojamentos inacabados para professores na aldeia de Mbess

-- 1 de 3 --

O resultado foi uma situação deplorável para as comunidades que inspirou indiferença entre as autoridades florestais. Após esgotar todos os remédios amigáveis sem sucesso, as comunidades se depararam com um muro. O cahier des charges não é uma promessa sem sentido, no entanto; constitui um contrato de direito civil. As empresas contavam simplesmente com o fato de que as comunidades não teriam as ferramentas para navegar pelos corredores da justiça. Mas a Brainforest tem. Ação legal: Com o aconselhamento de um advogado e o apoio do CV4C, a Brainforest assistiu as comunidades; reuniu as evidências, redigiu as queixas e apresentou uma única ação civil perante o Tribunal de Primeira Instância de Makokou em 30 de agosto de 2019

que uniu 17 comunidades contra nove empresas madeireiras. Sendo a primeira vez que as comunidades ousaram se defender assim, o caso causou alvoroço local. No contexto da disputa, até o administrador regional foi questionado pelo tribunal em sua qualidade de presidente do CGSP; ele não hesitou em telefonar para a Brainforest para expressar seu descontentamento em um tom ameaçador. Ntsame-Ollomo coloca as coisas em ordem. “Nós rapidamente o colocamos de volta nos eixos, indicando que se tratava de uma ação legal de boa-fé, que os fatos não estavam incorretos, e apontamos que ele, como presidente do comitê de gestão do fundo, não havia feito nada para resolver a situação.” O caso deve ter despertado a ira do juiz: sua decisão a favor das comunidades foi emitida apenas um mês depois, em 30 de setembro de 2019. As empresas foram ordenadas a pagar tudo o que deviam às comunidades de 2014 a 2018 − um total de 120.966.787 FCFA (USD 215.970) − no LDF. E agora? Seria uma coisa linda se a história pudesse terminar com o pagamento adequado das dívidas, mas a realidade é mais complexa. “Agora estamos presos em um grande confronto,” suspira Ntsame-Ollomo. De fato, das nove empresas condenadas, algumas não podem ser encontradas − ou deixaram a área, ou mudaram seu nome para esconder melhor sua fraude − outras estão sendo obstrutivas, uma provavelmente está falida. “Estamos mantendo a pressão,” diz Ntsame-Ollomo. A Brainforest iniciou dois novos processos, desta vez em sua própria capacidade e com o apoio contínuo do CV4C. Uma ação civil pretende forçar o pagamento das empresas. Processos criminais estão sendo movidos contra três subcontratados que deveriam realizar os projetos de interesse local, e que receberam a totalidade do pagamento, mas não concluíram o trabalho. A Brainforest também aprendeu que, nos bastidores, uma mão política está tentando agarrar alguns desses fundos. “É muito dinheiro, e muitos olhos estão sobre isso.” Mais encorajador, uma das nove empresas entrou em contato com a Brainforest para dizer que havia estabelecido um programa de pagamento, que os valores devidos seriam pagos a partir de outubro de 2020, e que os projetos tão aguardados seriam concluídos até abril de 2021. “Na grande maioria dos casos, a população não se beneficiou de nada.”

-- 2 de 3 --

Não em vão Este caso judicial está longe de ser um exercício de futilidade. Entre os resultados positivos para as comunidades florestais está o aumento da credibilidade da Brainforest: sua experiência agora é buscada pelo setor privado para ajudá-los a cumprir obrigações sociais antes que os problemas ocorram. Talvez as empresas tenham visto a escrita na parede: Para pôr fim às “práticas mafiosas” no setor madeireiro, o Gabão emitiu um chamado à ordem, exigindo que as empresas madeireiras certificassem suas operações até 2022. O cumprimento das obrigações sociais é uma condição de certificação. A batalha ainda não foi vencida, mas uma luta muito maior começou. Este caso imediato diz respeito apenas à província de Ogooué-Ivindo, mas a não conformidade com as obrigações sociais é generalizada e suas repercussões afetam quase todas as comunidades afetadas pela exploração em todo o Gabão. A Brainforest continua a fornecer às comunidades as ferramentas de que precisam para defender melhor seus direitos contra empresas florestais sem escrúpulos. As comunidades estão começando a perceber que podem agir, e este exemplo mostra que o sucesso no tribunal é possível. As comunidades estão recuperando a esperança. A ONG credita o monitoramento florestal independente – conforme amplamente interpretado – com o sucesso. Ntsame-Ollomo diz: “Queríamos ir além das tarefas de análise e formulação de recomendações; queríamos ver as coisas até o fim. Queríamos garantir que as vozes dos cidadãos fossem ouvidas alto e claro. Fizemos ganhos concretos: Não ouvimos feedback negativo, nem contra-argumentos. As populações locais veem que estamos comprometidos, e estamos felizes em ver que muitos deles confiam em nós e se voltam para nós para que possamos acompanhá-los em suas atividades – essa é nossa maior conquista.” Entrevista com Grace Ntsame-Ollomo, 17 de setembro de 2020; Nicole Gérard “Estamos felizes em ver que muitas populações locais confiam em nós e se voltam para nós para que possamos

acompanhá-los em suas atividades − essa é nossa maior conquista.” 17 Comunidades que ousaram se defender no tribunal, com a ajuda da Brainforest e o apoio do CV4C 1 Ação legal ganha pelas comunidades 9 Empresas florestais que foram ordenadas a pagar compensação 8 Missões de monitoramento florestal independentes realizadas com o apoio do CV4C 1 Vídeo em que as vozes das comunidades ressoam 1 Ordem 105 da Ordem 105/2014 de 6 de maio de 2014 que fixa o modelo de acordo contratual previsto no Artigo 251 da Lei 16-01 de 31 de dezembro de 2001 (Código Florestal da República do Gabão) 1 Chamado à ordem pelo Governo do Gabão, exigindo que as empresas madeireiras certifiquem suas operações 1 Proposta de emenda das regras atuais destinada a anexar sanções à delinquência em relação ao cahier de charges − atualmente parada no parlamento nacional. À PRIMEIRA VISTA Liderado pelo Centro de Desenvolvimento e Treinamento Internacional da Universidade de Wolverhampton (CIDT), o projeto 'Vozes do Cidadão por Mudança (CV4C)' foi projetado para estabelecer uma parceria forte e sustentável de atores não estatais de monitoramento florestal (NSAs) ou atores da Sociedade Civil em Camarões, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Gabão e República do Congo. O projeto buscou enfrentar esse desafio fortalecendo a capacidade, influência e viabilidade a longo prazo das organizações IM para desempenhar funções essenciais de vigilância. Saiba mais em https://cidt.org.uk/cv4c.